



Dados do trabalho:

Código de identificação: 579

A) TÍTULO DA IDEIA/PROJETO

Título:

REVITALIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: um novo eixo da Política de Prevenção à Criminalidade em Minas Gerais

B) Tema:

Outros

C) Categoria a que concorre:

-Categoria: CATEGORIA ESTAGIÁRIO - Modalidade Única: Trabalho cuja característica principal seja a apresentação de idéias e/ou projetos de estagiário ou grupo de estagiários, provenientes de conhecimento próprio e/ou experiências adquiridas no exercício de suas atividades. Os trabalhos inscritos nesta categoria NÃO poderão contar com suporte técnico/financeiro externo ao órgão/entidade (consultoria externa, convênios, parcerias com entidades não governamentais, etc.), devendo configurar idéias e/ou projetos AINDA NÃO IMPLEMENTADOS.

D) RESUMO DA IDEIA/PROJETO

Resumo:

A partir de práticas nacionais e internacionais, o presente trabalho propõe um novo eixo de atuação para a política de Prevenção à Criminalidade no estado de Minas Gerais, para além dos Programas Fica Vivo! - Controle de Homicídios, Mediação de Conflitos, Acompanhamento de Penas Alternativas e Ressocialização dos Egressos do Sistema Prisional. Esse novo eixo seria a Revitalização de Espaços Públicos como ferramenta para prevenção à criminalidade e para promoção da sensação de segurança. Além disso, propõe-se o desenho de avaliação do projeto piloto desse novo eixo da política, representado pela revitalização da Praça Rio Branco, mais conhecida como Praça da Rodoviária de Belo Horizonte, que proverá informações sobre a obtenção (ou não) dos resultados dessa ação governamental e subsidiará a tomada de decisão quanto a sua expansão para outras regiões, seu aperfeiçoamento ou sua descontinuidade. O projeto



proposto inova no sentido de ampliar o escopo da política de prevenção à criminalidade, com o desenvolvimento de um novo eixo de atuação centrado na revitalização de espaços públicos nos quais os índices de criminalidade e sensação de insegurança são muito elevados. Tal estratégia é inovadora tanto no âmbito do governo estadual, quanto no governo municipal, embora já tenha sido implementada com sucesso em outras cidades, estados e países. Dessa forma, as experiências positivas de outros governos evidenciam a viabilidade da iniciativa aqui proposta. No entanto, para legitimar a ampliação do novo eixo para outras localidades no estado de Minas Gerais, é fundamental que o projeto seja avaliado a fim de mensurar se os objetivos inicialmente propostos foram efetiva e satisfatoriamente alcançados. Por isso, desenvolveu-se desenho de avaliação com o objetivo de subsidiar a decisão, por parte dos gestores da política, sobre a pertinência de se ampliar (ou não) o projeto de revitalização de espaços públicos para outras áreas.

E) ESCOPO DA IDEIA/PROJETO

1) Caracterização do contexto atual:

O agravamento dos indicadores de criminalidade nos grandes centros urbanos a partir da década de 90 evidenciou a necessidade de repensar a política de segurança. O Governo do Estado de Minas Gerais inovou, em 2003, ao criar a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) que buscava, dentre outras coisas, a integração dos órgãos do sistema de defesa social do Estado, a Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, a Defensoria Pública e a própria SEDS, responsável pela manutenção das unidades prisionais, medidas socioeducativas e pela política de prevenção social à criminalidade, dentre outras. O Estado avançou ainda mais na consolidação da política de prevenção social à criminalidade (SEDS, 2009).

A política estadual de prevenção social à criminalidade tem o desafio de construir articulação entre instituições e desenvolver programas de prevenção social a serem implantadas em regiões do Estado de Minas Gerais onde a qualidade de vida está ameaçada pelos conflitos gerados pela criminalidade urbana. (SEDS, 2009, p. 30)

O objetivo geral da política de prevenção envolve a elaboração e coordenação de planos, projetos e programas de prevenção à criminalidade visando à segurança pública e o exercício pleno da cidadania, com foco na população mais afetada pela violência e criminalidade urbana (SEDS, 2009, p. 31). Dentre os objetivos específicos da política, encontra-se o desenvolvimento de projetos transversais, por meio de formação de redes com instituições que atuem em nível local, estadual, municipal, dentre outros, em áreas, como por exemplo, de saúde, educação e infraestrutura. A política de prevenção à criminalidade envolve programas de proteção primária, secundária e terciária executados pela Coordenadoria de Prevenção à Criminalidade (CPEC), por meio dos Núcleos que a compõem. No âmbito da prevenção primária, que procura intervir antes que os crimes ocorram, a Secretaria conta com o Programa Fica Vivo e o Mediação de Conflitos. O Programa Fica Vivo é destinado a jovens de 12 a 24 anos e possui a Intervenção Estratégica e o Proteção Social como eixos de atuação. Já o Programa Mediação de Conflitos busca articular as comunidades em que se insere na prevenção de conflitos potenciais ou concretos, por meio da Mediação e Atendimento, Mediação e Comunidade, Atividades e Projetos Temáticos Locais e Projetos Institucionais. (SEDS, 2009, p. 44)

A prevenção secundária, voltada para aqueles que se envolveram em crimes e cumprem penas ou medidas alternativas



à prisão (SEDS, 2012), ocorre por meio do Programa CEAPA (Central de Apoio às Medidas Alternativas), que busca acompanhar as penas e medidas alternativas a prisão, buscando possibilitar o caráter educativo da pena/medida e contribuir com a promoção da cidadania junto a seus usuários (SEDS, 2009, p. 46).

Concomitantemente, a prevenção terciária, ligada ao combate a reincidência, prioriza ações àqueles envolvidos em crimes que sofreram privação de liberdade e é voltada aos egressos do sistema prisional, por meio do Programa de Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional (PRESP), o qual busca a inclusão social deles. Sendo assim, a CPEC possui quatro principais eixos de atuação operacionalizados nos Programas Fica Vivo, Mediação de Conflitos, CEAPA e PRESP.

2) Descrição da ideia / projeto:

As notícias referentes à prática de diversos crimes, os dados oficiais de criminalidade e a sensação generalizada de insegurança, principalmente nas grandes cidades do Brasil, demandam ações urgentes e efetivas de combate e prevenção. Como pode ser observado na Figura 1, anexa, muitas são as causas e outras tantas são as possíveis ações para tratar a questão da criminalidade.

O presente trabalho já discorreu a respeito de algumas das ações já executadas pelo Governo de Minas Gerais no que tange ao combate da anomia social a partir da prevenção social da criminalidade. Porém, entende-se que o combate às oportunidades para ocorrência do delito, por meio da prevenção situacional da criminalidade, pode configurar um novo eixo de atuação desse governo, por meio da SEDS, no que tange a essa política de prevenção da criminalidade.

De acordo com Unidavi (2010), a prevenção situacional da criminalidade e a prevenção social da criminalidade compõem as duas categorias básicas de prevenção da criminalidade, sendo que a primeira objetiva reduzir as oportunidades para que o delito ocorra. Uma das técnicas para essa prevenção diz respeito ao desenho urbano, já que alterações ambientais específicas podem influenciar o comportamento para obter determinadas atitudes. As principais estratégias para consecução dessa técnica incluem a vigilância natural, segundo a qual o desenho arquitetônico de dada região permite ver e ser visto, transmitindo ao potencial delinquente a sensação de estar sendo observado e de que o risco de ser capturado é alto; e o reforço territorial, que impele as pessoas e o Estado a tomarem posse de um espaço para além de suas zonas íntima, pessoal e social, evitando que um possível abandono, principalmente de espaços públicos, dê uma permissão tácita a um possível delinquente de dominar aquela área e expandir seu território delituoso.

Essa prevenção situacional da criminalidade vai ao encontro da teoria apresentada por Moraes (2009), a partir da qual se reconhece a vinculação da sensação de segurança com a forma como se estrutura o espaço físico, ou seja, “a materialidade da ordem se transformaria em ordem propriamente dita”, já que a redução da visibilidade da desordem possibilitaria o resgate da autoestima pela população e a retomada do controle sobre o espaço urbano, diminuindo as possibilidades de crimes. Pode-se entender que essas ideias foram extraídas da teoria das janelas quebradas, segundo a qual, de acordo com Shecaira (2009), a condescendência com pequenas desordens do cotidiano pode significar uma fonte de irradiação da violência. Essa teoria subsidiou a execução do programa “Tolerância Zero” na cidade de Nova York ao final dos anos 80 e início dos 90, que pretendeu reprimir todo tipo de desordem social, mesmo que não significasse crime. Apesar da rigidez com que esse programa foi executado e da divulgação de resultados de redução de criminalidade que tinham outros fatores como causas adicionais ao “Tolerância Zero”, pode-se admitir a racionalidade da teoria no fornecimento de subsídios às decisões pela atuação nos espaços públicos como forma de combate e prevenção à criminalidade.

A teoria das janelas quebradas e a experiência de Nova York têm frutificado aqui no Brasil. De acordo com Freitas e Ramires (2011), o estado de São Paulo é um dos exemplos no que tange à segurança pública, posição alcançada após o desenvolvimento de um plano de intervenção governamental nessa área na década de 90 e nos anos 2000 que previa o



reforço do aparato repressivo do estado, a modernização das ferramentas de tecnologia da informação e a parceria com organizações não governamentais (ONG's) para a consecução da política de prevenção à criminalidade. Um dos exemplos de sucesso destacado pelos autores é a realização, em parceria com uma dessas ONG's, da revitalização de uma praça local, com participação comunitária de jovens, e sua posterior utilização para eventos culturais e esportivos. Nesse caso, percebe-se a aplicação das duas categorias (a social e a situacional) de prevenção à criminalidade.

Segundo Saporì (2011), esse plano contribuiu para a redução das taxas de homicídio e de roubos entre 2001 e 2009.

Por sua vez, o Governo de Pernambuco tem desenvolvido, a partir de 2007, uma concertação de esforços para reduzir a violência e os crimes contra a vida organizada em um plano estadual de segurança pública denominado "Pacto pela Vida". Esse plano prevê intervenções governamentais que combatam integradamente as principais causas de violência diagnosticadas, contando com linhas de ação que incluem a repressão qualificada da violência, o aperfeiçoamento institucional, a informação e gestão do conhecimento, a formação e capacitação, a gestão democrática e a prevenção do crime e da violência. Além de ações de prevenção social da criminalidade, estão previstas ações no âmbito da prevenção situacional, procurando-se atuar sobre a organização dos espaços urbanos a fim de eliminar ambiências favoráveis ao crime. Para isso, pretende-se fazer a provisão de espaços seguros com iluminação pública adequada, prioritariamente em áreas críticas em violência e criminalidade e regiões de convivência comunitária; a gestão e manutenção de espaços públicos e seguros com mobiliário urbano adequado e calçadas desobstruídas, facilitando o deslocamento de pedestres e a atuação policial; e a criação e manutenção de equipamentos públicos de lazer, cultura e esporte; dentre outras. Ainda segundo Saporì (2011), após a consecução desse Pacto e à época da publicação de seu trabalho, o estado de Pernambuco vinha vivenciando meses consecutivos de redução da taxa de homicídios.

Isso posto, propõe-se a inclusão da Revitalização de Espaços Públicos como novo eixo de atuação pública no âmbito da política de prevenção à criminalidade. Para os fins do presente trabalho, propõe-se a realização de um projeto piloto de Revitalização da Praça Rio Branco, também conhecida como Praça da Rodoviária, em Belo Horizonte. Para uma adequada avaliação, registra-se o marco lógico parcial pensado para essa política, conforme anexo incluído no campo do item 6.3.

O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2011-2030 explicita que a redução da criminalidade depende da combinação de "políticas de segurança com medidas de prevenção, investimentos sociais nas áreas de risco, melhoria da qualidade do espaço urbano e geração de oportunidades de trabalho e renda" (GOVERNO DE MINAS GERAIS, P. 61). Um dos objetivos estratégicos do Estado no período de 2011-2030 é ampliar a segurança e a sensação de segurança no Estado.

O PMDI também revela que um terço dos crimes violentos de Minas Gerais foram praticados em Belo Horizonte, sendo que, no segundo trimestre de 2010, a cidade apresentou a taxa mensal de criminalidade mais alta do Estado (60,74 ocorrências por 100 mil habitantes). Ademais, pesquisa divulgada pela Organização Não-Governamental mexicana Conselho Cidadão para Segurança Pública e Justiça Penal em janeiro de 2012 aponta Belo Horizonte como a 45ª cidade mais violenta do mundo dentre as cidades com mais de 300 mil habitantes possuidoras de estatísticas oficiais. Dessa maneira, optou-se por realizar projeto piloto do novo eixo da política de prevenção à criminalidade em Belo Horizonte.

Devido a dificuldade de acesso e ausência de dados públicos sobre a criminalidade georreferenciados, houve a necessidade de utilizar outras fontes de informação para analisar a geografia do crime na capital do Estado e decidir sobre o melhor local para realizar a intervenção pública.

O trabalho Hora e Junior, ao analisar dados dos crimes ocorridos em Belo Horizonte no ano de 2003, revela que a região central da cidade apresenta a maior concentração de crimes independente do turno do dia em análise. Carvalho (2008) destaca que, no hipercentro da cidade, a região da Rua Guaicurus é alvo da atenção da Polícia Militar (PMMG) por se tratar de uma área de grande comércio e circulação de pessoas, uma vez que está próximo à rodoviária, além de apresentar altos índices de criminalidade (CARVALHO, 2008, p. 46). O autor realizou tratamento da informação espacial dos furtos e assaltos realizados no hipercentro de Belo Horizonte de 2002 a 2006 e constou alteração da localização de concentração dos crimes. As figuras 2 e 3 anexas revelam tendência de concentração de furtos na região



da Praça Sete, ao passo que a concentração de assaltos tende a ocorrer na Avenida Santos Dumont e Rua Caetés. Sendo assim, considera-se tais regiões alvo em potencial de ações de combate à criminalidade no âmbito do novo eixo de atuação da política de prevenção proposto para o Estado de Minas Gerais.

No entanto, no ano de 2003, a Praça Sete foi revitalizada e 20 câmeras foram instaladas pela Prefeitura da cidade (PBH).

As câmeras auxiliam a Polícia Militar de Minas Gerais na segurança e no controle, tanto do fluxo de carros quanto no de pedestres, contribuindo para diminuir as ocorrências de furtos. Outro benefício foi a instalação de uma nova iluminação, que realça os prédios, e a retirada de algumas árvores, tornando a Praça mais limpa, o que auxilia na segurança do local.¹

Posteriormente, a partir de 2004, a PBH, em parceria com o Governo do Estado e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL-BH) implantou o Programa Centro Vivo, que previa obras e projetos sociais no hipercentro juntamente com instalação de câmeras de segurança. De acordo com Carvalho (2008), tais medidas promoveram quedas de criminalidade na região. Além disso, atualmente, obras são realizadas na Avenida Santos Dumont para implantação de infraestrutura de sistema de transporte coletivo por ônibus de alta capacidade (BRT). A Prefeitura da cidade considera que a obra melhorará a ambiência da região, potencializando as atividades de turismo, consumo e lazer, bem como a diminuição da criminalidade e diminuição da sensação de insegurança dos transeuntes e moradores da região (SENADO FEDERAL, 2012).

A ocorrência de realização de revitalização do espaço na região da Praça Sete, bem como de obras na Avenida Santos Dumont, impulsionam a busca por outras regiões do hipercentro que sofram com alta criminalidade e sensação de insegurança dos transeuntes, o que as torna carentes da intervenção do Estado. Isso remete à situação da Praça Rio Branco, mais conhecida como Praça da Rodoviária de Belo Horizonte.

Ao analisar a distribuição espacial de furtos e assaltos nas figuras 2 e 3, respectivamente, observa-se que a Praça Rio Branco encontra-se na região de significativa incidência de tais crimes. O entorno da rodoviária de Belo Horizonte é considerado uma das áreas de degradação evidente do centro da cidade. A região é marcada pela criminalidade, uso de drogas e prostituição. Diversas reportagens veiculadas nos meios de comunicação remetem à criminalidade presente na área e à situação precária da praça. Cidadãos divulgam suas opiniões acerca do espaço em blogs e redes virtuais, nos quais se podem encontrar manifestações de insatisfação com a situação em que se encontra o local, como por exemplo:

Praça da Rodoviária: sujeira, árvores e jardins descuidados, pichações, um ar empestado de fezes, urina e outros fluidos corporais, imundície do monumento que pelas minhas contas já tem uma década de sujeira acumulada; cidadãos em diversas atividades na sujeira ou cortando caminho através de uma praça deteriorada!²

Da mesma maneira, manifestos reclamam a degradação da praça e ressaltam o descaso com o monumento Liberdade em Equilíbrio, de Mary Viera que a compõe desde 1982.

Ali, só se vê pedaço de concreto. Não se sabe o que é, devido à sujeira, aos camelôs e aos mendigos. É preciso compreender a obra”, diz Malou, lembrando que se trata de área tombada pelo patrimônio.³

Reportagem realizada pelo Jornal Estado de Minas em 2011 demonstra como a Praça da Rodoviária sofre com a falta de conservação e revela a opinião de cidadãos sobre o espaço, considerado local de marginalidade e sujeira, conforme trecho abaixo.

Diante do exposto, opta-se por realizar projeto piloto do novo eixo de atuação da política de prevenção à criminalidade, “Revitalização do Espaço Público”, na Praça Rio Branco no centro de Belo Horizonte.



2.1) Rede de Governo:

Rede de Defesa e Segurança

3) Objetivos propostos e resultados visados:

O objetivo geral do projeto diz respeito à contribuição para os objetivos da política de prevenção à criminalidade como um todo, quais sejam elaborar e coordenar planos, projetos e programas de prevenção à criminalidade visando à segurança pública e o exercício pleno da cidadania, com foco na população mais afetada pela violência e criminalidade urbana (SEDS, 2009, p. 31), além do desenvolvimento de projetos transversais, por meio de formação de redes com instituições que atuem em nível local, estadual, municipal, dentre outros, em áreas, como por exemplo, de saúde, educação e infraestrutura. Ademais, objetiva-se, a partir da intervenção na estrutura física em espaços públicos, reduzir a criminalidade, ampliar a sensação de segurança e prover espaço público seguro e que transmita segurança. Conforme citado no item 6.2, anexa-se o marco lógico proposto.

Descrever os objetivos da ideia / projeto:

O objetivo geral do projeto diz respeito à contribuição para os objetivos da política de prevenção à criminalidade como um todo, quais sejam elaborar e coordenar planos, projetos e programas de prevenção à criminalidade visando à segurança pública e o exercício pleno da cidadania, com foco na população mais afetada pela violência e criminalidade urbana (SEDS, 2009, p. 31), além do desenvolvimento de projetos transversais, por meio de formação de redes com instituições que atuem em nível local, estadual, municipal, dentre outros, em áreas, como por exemplo, de saúde, educação e infraestrutura. Ademais, objetiva-se, a partir da intervenção na estrutura física em espaços públicos, reduzir a criminalidade, ampliar a sensação de segurança e prover espaço público seguro e que transmita segurança. Conforme citado no item 6.2, anexa-se o marco lógico proposto.

4) Resultados esperados:

A proposta de Revitalização do Espaço Público como novo eixo da política de prevenção à criminalidade, operacionalizada inicialmente no projeto piloto de revitalização da Praça da Rodoviária de Belo Horizonte, se insere no planejamento estratégico de desenvolvimento do Governo do Estado de Minas Gerais. O novo eixo da política de prevenção e o projeto piloto vinculam-se a Rede de Desenvolvimento Integrado, mais especificamente na Rede de Defesa e Segurança, cuja meta síntese é a “Minas com alta sensação de segurança, menos violência e criminalidade” (PMDI – 2011- 2030, p. 59). Um dos objetivos estratégicos da Rede de Defesa e Segurança é “ampliar a segurança e a sensação de segurança” (PMDI – 2011- 2030, p. 61), o que vai ao encontro da inovação proposta.

Diante do exposto, espera-se que a Revitalização de Espaços Públicos, mais especificamente o projeto piloto proposto, proporcione a diminuição da criminalidade no local, como ocorrência de furtos e assaltos, a ausência de moradores de rua utilizando a Praça como abrigo e a menor sensação de insegurança e medo de vitimização dos cidadãos que transitam no local. Além disso, espera-se que o comércio local seja beneficiado e melhore a impressão que turistas de negócios ou turismo tem ao chegar na capital do Estado através do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro.



Sendo assim, além de contribuir para a prevenção à criminalidade, a revitalização da Praça Rio Branco propiciará melhoria da “porta de entrada” da capital do Estado, fato relevante tendo em vista os eventos culturais e desportivos que se realizarão na cidade nos próximos anos, como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de 2014. Espera-se que o local apresente melhores condições de infraestrutura, o que inclui instalações adequadas às normas de segurança e acessibilidade em bom estado de conservação, melhor iluminação, monumento Liberdade em Equilíbrio restaurado, tratamento paisagístico da vegetação realizado e proporcionando ambiente mais agradável para os transeuntes.

5) Público-alvo da ideia e/ou projeto:

O projeto piloto da política pública afetará diretamente os transeuntes, comerciantes, moradores da região da Praça Rio Branco e turistas de negócios ou passeio que venham a região metropolitana de Belo Horizonte utilizando Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro. A Prefeitura de Belo Horizonte divulgou recentemente que será construída uma nova rodoviária na região da Estação São Gabriel, no entanto, o município continuará operando com os dois terminais, o que revela a importância da obra.

5.1) Municípios/regiões beneficiados:

Municípios

Cidade:

-Belo Horizonte

6) Ações e etapas da implementação:

O projeto piloto de Revitalização da Praça Rio Branco envolve recuperar o piso da praça e do entorno, bem como os bancos existentes; adaptar as instalações existentes conforme as normas de segurança e acessibilidade; dar tratamento paisagístico na vegetação; instalar novos bancos, lixeiras e placas de sinalização; melhorar a iluminação por meio de aumento do número de luminárias, utilização de lâmpadas de maior potência na praça e no entorno e realização da poda das árvores, restaurar o monumento Liberdade em Equilíbrio, da artista plástica Mary Vieira, que desde 1982 está instalado na praça.

Considera-se Praça da Rodoviária a área delimitada pela Rua dos Caetés, Rua Curitiba, Avenida Santos Dumond, Rua Saturnino de Brito e Avenida Paraná. O Projeto não inclui quaisquer obras ou reformas nessas ruas, nas construções ao redor da Praça Rio Branco ou mesmo no Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro.

Para realização do projeto, prevê-se parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), conforme detalhado no item 6.6.3 abaixo.

O projeto básico da obra será internamente elaborado, enquanto a elaboração do projeto executivo comporá os processos para contratação da obra propriamente dita, a partir dos devidos procedimentos licitatórios. Uma vez contratada, a obra será criteriosamente acompanhada para que sua execução ocorra conforme o planejado. Ao final da obra, serão feitas as devidas vistorias e, se necessário, os devidos ajustes para que o projeto seja considerado entregue. Registra-se, em anexo, a estrutura analítica do projeto (EAP) pensada.



6.1) Prazo previsto para implementação do projeto:

De 1 a 2 anos

6.2) Unidade(s) Administrativa(s) Executora(s):

O órgão responsável pela execução das ações de prevenção à criminalidade é a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais. A unidade administrativa executora nesse órgão é a Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade. Destaca-se, porém, a contribuição ativa da Diretoria de Acompanhamento de Obras para o sucesso das obras necessárias à implementação do projeto.

6.3) Parcerias institucionais da ideia e/ou projeto:

Com parceria

Descrição:

Para realização do projeto, prevê-se parceria com a PBH, responsável por esse espaço, a fim de que a intervenção possa ser feita com a cooperação de ambas as esferas de governo, de que essa Prefeitura dê assistência aos moradores de rua que vivem no local e de que assuma a responsabilidade de realizar a manutenção da praça após a conclusão da revitalização, bem como se comprometa a realizar policiamento no local por meio da atuação da guarda municipal. Como o projeto não depende de repasse financeiro ou concessão técnica da PBH para o Estado de Minas Gerais, entende-se que a proposta atende ao requisito de não contar com suporte técnico ou financeiro externo. Além disso, prevê-se a necessidade de articulação com a CEMIG no que tange às instalações elétricas.

7) Recursos a serem utilizados:

Estima-se que os valores envolvidos para a implementação do projeto incluam as atividades de celebrar parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte (R\$ 1.000,00), elaborar o projeto básico da obra (R\$ 9.000,00), contratar a execução da obra (R\$ 575.000,00), realizar a obra (R\$ 2.400.000,00), fazer a vistoria final da obra (R\$ 5.000,00), reinaugurar a praça (R\$ 10.000,00), fazer a avaliação do projeto piloto (R\$ 150.000,00). Dessa forma, o custo total será de R\$ 3.150.000,00.

7.1) Valor total estimado para implementação da ideia e/ou projeto

3.150.000,00

8) Mecanismos de avaliação da ideia e/ou projeto proposta:

O desenho da avaliação do projeto piloto de Revitalização da Praça Rio Branco está estruturado com base em seis



aspectos: (1) objetivos; (2) tipo de aplicação; (3) agente avaliador; (4) função; (5) conteúdo; e (6) perspectiva temporal.

A avaliação é centrada em objetivos, uma vez que visa verificar em que medida os objetivos inicialmente propostos para o projeto foram alcançados. Ela pretende mensurar em que grau a revitalização da Praça afeta a sensação de segurança dos transeuntes e o nível de criminalidade no local.

Quanto ao tipo de aplicação, a avaliação proposta é baseada no modelo experimentalista, que consiste na implementação de um projeto piloto a fim de submetê-lo à experimentação antes de estendê-lo a outras localidades. Dessa forma, a avaliação objetiva verificar se o projeto piloto de revitalização da praça é capaz de produzir efeitos que contribuam para prevenir a criminalidade na área revitalizada, a fim de fundamentar a decisão de ampliar o novo eixo da política de prevenção à criminalidade para outras regiões do estado de Minas Gerais.

No que se refere ao agente avaliador, propõe-se uma avaliação semi-independente, que envolva tanto agentes ligados à execução da política de prevenção à criminalidade, quanto especialistas externos contratados pela Administração.

Uma equipe mista é capaz de realizar uma avaliação mais completa, pois conjuga informações sobre os mecanismos de gestão e execução do projeto (fornecidas pelos agentes da política) com informações provenientes de pesquisas sobre o impacto da intervenção na sensação de segurança e no nível de criminalidade (fornecidas pelos agentes externos).

No aspecto da função, a avaliação é somativa, pois busca gerar informações sobre a pertinência de se manter o novo eixo da política de prevenção, uma vez que ela permite analisar a efetividade do programa de acordo com os resultados esperados.

Em relação ao conteúdo, a avaliação proposta objetiva mensurar os resultados e impactos, ao avaliar o grau de alcance dos objetivos. Dessa forma, a avaliação busca verificar o alcance dos objetivos propostos e seus efeitos sobre a população-alvo e sobre a população em geral (transeuntes ocasionais da praça), questionando se houve alteração na situação problema (alto índice de criminalidade no local e forte sensação de insegurança).

Quanto à perspectiva temporal, a avaliação é ex-post, já que será efetivada após a realização do projeto piloto (conclusão da obra), de modo a verificar se a intervenção é capaz de produzir aumento da sensação de segurança dos transeuntes e redução da criminalidade, justificando, portanto, a extensão do novo eixo de prevenção a outras localidades.

A estratégia metodológica para avaliar a implementação do projeto piloto é a utilização de um modelo quase-experimental, utilizado quando não é possível construir uma situação; neste caso, são observadas situações já existentes que não foram provocadas pelo pesquisador. A comparação entre as condições de tratamento (que recebe a intervenção) e de não tratamento (que não recebe a intervenção) deve ser feita por meio da análise de antes e depois. Dessa maneira, a avaliação do projeto de revitalização da praça é baseada em uma pesquisa quase-experimental com delineamento de série temporal sem grupo de controle, ou seja, a mensuração dos indicadores é realizada antes e depois da intervenção, em intervalos regulares de tempo, com o mesmo grupo de unidades de pesquisa, embora os respondentes possam não ser os mesmos, eles devem apresentar as mesmas características (BRASIL, 2000, p. 70).

Sendo assim, em relação à metodologia de pesquisa, propõe-se a utilização de estudo misto, que combine técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa, a fim de confirmar se a intervenção foi capaz de produzir os efeitos esperados.

Dessa forma, em relação à pesquisa quantitativa, a avaliação envolve a aplicação de questionários (vide anexo) com perguntas sobre vitimização e sensação de segurança aos transeuntes da praça, por três vezes, em intervalos regulares de dois meses, antes da realização da obra de revitalização, e mais três vezes, em intervalos regulares de dois meses, após a conclusão da obra. Considerando que o grupo de pesquisa é formado pelas pessoas que transitam pela praça, as unidades de cada pesquisa não serão necessariamente as mesmas, mas algumas questões do instrumento de coleta, tais como idade, sexo, renda e ocupação, ajudam a traçar o perfil dos respondentes.

Os dados obtidos permitirão calcular os indicadores sobre vitimização e sensação de segurança antes e depois da revitalização. Por isso, é importante a realização de mais de uma medição, com intervalos regulares, de modo a se construir uma série temporal que minimize os efeitos de outros fatores externos ao projeto sobre os indicadores.



Ao considerar que “a evidência quantitativa não pode ser interpretada independentemente de considerações qualitativas” (QUEIROZ, 2006, p. 94) propõe-se a utilização de pesquisa qualitativa, que auxilie na interpretação dos dados obtidos por meio do questionário. Dessa forma, a avaliação também envolve a realização de dois grupos focais com perfis semelhantes, um antes e um depois da intervenção, com lojistas e trabalhadores de empreendimentos situados no entorno da praça, o que permitirá captar, em profundidade, a percepção dessas pessoas em relação ao novo eixo proposto para a política de prevenção a criminalidade.

Os grupos focais são “pequenos grupos de pessoas reunidos para avaliar conceitos ou identificar problemas” (CAPLAN, 1990 apud DIAS, s.d.), que permitem captar em profundidade a percepção dessas pessoas sobre questões específicas, por meio da expressão de atitudes, opiniões e críticas. O grupo focal é uma técnica que estimula a interação entre os participantes e possibilita o surgimento de novas informações e ideias. Desse modo, pretende-se formar dois grupos, um três meses antes da revitalização e outro três meses após, de 10 pessoas cada, entre homens e mulheres, de 18 a 65 anos, para debaterem sobre tópicos como: manutenção do espaço físico da Praça Rio Branco; iluminação do local no período noturno; policiamento ostensivo na região do entorno da Praça; presença da Guarda Municipal; presença de moradores de rua na Praça; ocorrência de furtos e roubos nas lojas do entorno da Praça; e sensação de segurança ao trabalhar na região da Praça.

Considerando que o grupo focal, assim como as demais técnicas qualitativas, é mais flexível, novos assuntos podem surgir durante a realização dos encontros e serão incorporados à análise da percepção dos participantes. Assim, é possível adotar um enfoque interpretativo que ajude a validar e explicar os resultados identificados pela pesquisa quantitativa.

A seguir, registram-se as características dos indicadores propostos:

1. Percentual de pessoas que afirmam ter medo de vitimização

Descrição: Previsto como indicador finalístico da Rede de Defesa e Segurança pelo PMDI 2011-2030, demonstra a quantidade de pessoas que afirmam ter medo de vitimização em relação aos participantes de pesquisa de satisfação representativa.

Fórmula de cálculo: $(\text{Número de pessoas que afirma ter medo de vitimização})/(\text{Número de pessoas participantes de pesquisa de vitimização}) \times 100\%$

Polaridade: Menor melhor

Fonte de comprovação: CRISP e FJP

Periodicidade: Anual

2. Taxa de crimes violentos (por 100 mil habitantes)

Descrição: Previsto como indicador finalístico da Rede de Defesa e Segurança pelo PMDI 2011-2030, demonstra o número de crimes violentos (homicídios, homicídios tentados, estupros, roubos e roubos a mão armada) considerando cada população de 100 mil habitantes

Fórmula de cálculo: $(\text{Número de ocorrências de crimes violentos})/\text{População} \times 100.000$

Polaridade: Menor melhor

Fonte de comprovação: FJP /NESP

Periodicidade: Trimestral

3. Percentual de respondentes que sofreram delito na região da Praça da Rodoviária nos últimos 6 meses.

Descrição: Expressa a quantidade de respondentes que sofreram delito na região da Praça da Rodoviária nos últimos 6 meses em relação ao total de respondentes da pesquisa de vitimização

Fórmula de cálculo:

$(\text{Respondentes que sofreram delito na região da Praça da Rodoviária nos últimos 6 meses})/(\text{Total de Respondentes}) \times 100$



Polaridade: Menor melhor

Fonte de comprovação: Pesquisa de Vitimização da Equipe de Avaliação do Projeto

Periodicidade: Mensal

4. Percentual de respondentes que consideram a segurança pública na região da Praça da Rodoviária ótima ou boa.

Descrição: Expressa a quantidade de respondentes que consideram a segurança pública na região da Praça da Rodoviária ótima ou boa em relação ao total de respondentes da pesquisa de vitimização

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Respondentes que consideram a segurança pública na região da Praça da Rodoviária ótima ou boa})}{(\text{Total de Respondentes})} \times 100$$

Polaridade: Maior melhor

Fonte de comprovação: Pesquisa de Vitimização da Equipe de Avaliação do Projeto

Periodicidade: Mensal

5. Percentual de respondentes que conhecem alguém que sofreu delito na região da Praça da Rodoviária nos últimos 6 meses.

Descrição: Expressa a quantidade de respondentes que conhecem alguém que sofreu delito na região da Praça da Rodoviária nos últimos 6 meses.

em relação ao total de respondentes da pesquisa de vitimização

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Respondentes que conhecem alguém que sofreu delito na região da Praça da Rodoviária nos últimos 6 meses})}{(\text{Total de Respondentes})} \times 100$$

Polaridade: Menor melhor

Fonte de comprovação: Pesquisa de Vitimização da Equipe de Avaliação do Projeto

Periodicidade: Mensal

6. Percentual de respondentes que se sentem seguros ao transitar na Praça da Rodoviária.

Descrição: Expressa a quantidade de respondentes que se sentem seguros ao transitar na Praça da Rodoviária em relação ao total de respondentes da pesquisa de vitimização

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Respondentes que se sentem seguros ao transitar na Praça da Rodoviária})}{(\text{Total de Respondentes})} \times 100$$

Polaridade: Maior melhor

Fonte de comprovação: Pesquisa de Vitimização da Equipe de Avaliação do Projeto

Periodicidade: Mensal

Registra-se, em anexo, figura ilustrativa do modelo de realização da avaliação.

9) Obstáculos identificados na implementação do projeto:

Há obstáculos

9.1) Soluções a serem adotadas para a superação dos principais obstáculos identificados:

A implementação da Revitalização de Espaços Públicos como uma nova política de prevenção a criminalidade



acarreta a necessidade de deslocamento de pessoal qualificado para atuação junto à iniciativa. O projeto piloto será executado pela Coordenadoria de Prevenção à Criminalidade da SEDS, sendo necessário mais dois servidores atuando junto à equipe para que seja possível a realização do mesmo. Por se tratar de uma política relevante à Rede de Desenvolvimento Integrado, mais especificamente na Rede de Defesa e Segurança, considera-se que a alta gestão poderá deslocar tais servidores dentro da própria Secretaria ou solicitá-los à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Além disso, a Revitalização de Espaços Públicos envolve a realização de parcerias com as prefeituras das cidades onde as ações serão empreendidas, sendo necessária articulação político-institucional para garantir a execução e manutenção das mesmas.

O projeto piloto na Praça da Rodoviária de Belo Horizonte envolve a realização de obras em região estratégica do centro de Belo Horizonte, na qual há convergência de grandes ruas e avenidas, além da presença de significativo comércio. Sendo assim, é preciso dar atenção ao tráfego de veículos e pedestres no local, buscando afetá-los o mínimo possível. Ademais, a presença de moradores de rua na região da Praça da Rodoviária faz necessária a articulação com a Prefeitura da cidade que deve prestar assistências aos mesmos. Concomitantemente deve ser articulada parceria para que, após a realização das obras de revitalização do espaço, seja dada a manutenção no local por parte do poder municipal.

10) Rodapé:

1. Fonte: BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS. Praça Sete – o coração fervilhante de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/>>. Acesso em: 19 mai. 2012.
2. Fonte: Belo Horizonte Blog. Disponível em: <www.beagabelobezonte.blogspot.com.br>. Acesso em: 21 de mai. 2012.
3. Fonte: Grito de Socorro. Estado de Minas Cultura, 05 out. 2009. Disponível em: <www.new.divirta-se.uai.com.br>. Acesso em: 21 de mai. 2012.

11) Referencias Bibliográficas:

BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS. Praça Sete – o coração fervilhante de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/>>. Acesso em: 19 mai. 2012.

Belo Horizonte Blog. Disponível em: <www.beagabelobezonte.blogspot.com.br>. Acesso em: 21 de mai. 2012.

BRASIL, Tribunal de Contas da União. Manual de Auditoria de Natureza Operacional. Brasília: TCU, 2000.

CARVALHO, Ederson de Assis. Projeto Olho Vivo “A Íris dos Olhos da Segurança Pública”: Uma análise Geográfica. Belo Horizonte, 2008.

COUTINHO, Jefferson da Fonseca. Pontos marcantes de Belo Horizonte sofrem com a falta de conservação. Jornal Estado de Minas, 09 de outubro de 2011.

CUNHA, Carla Giane Soares da. “Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil”. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper06.pdf>>. Acesso em: 24 de maio de 2012.



DIAS, Cláudia Augusto. Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. s.d. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/DIAS%20Grupo%20Focal.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2012.

FREITAS, Oracilda. RAMIRES, Julio Cesar. “Políticas públicas de prevenção e combate à criminalidade envolvendo jovens”. Disponível em: <<http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=3589&article=1310&mode=pdf>>. Acesso em: 27 de maio de 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado. PMDI 2011 – 2030. Gestão para a Cidadania.

Grito de Socorro. Estado de Minas Cultura, 05 out. 2009. Disponível em: <www.new.divirta-se.uai.com.br>. Acesso em: 21 de mai. 2012.

HORA, André Cavalcanti & JUNIOR, Zilton Cordeiro. Regras de Associação - Base de Crimes ocorridos em Belo Horizonte. DCC, UFMG. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=aE1RUxyWgZc>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

LOPES, Roberta. BH é a 45ª cidade mais violenta do mundo, revela ONG mexicana. Agência Brasil, 13 jan. 2012. Disponível em: <www.hojeemdia.com.br>. Acesso em: 21 mai. 2012.

LOPES, Valquíria. Começa a valer interdição na Avenida Santos Dumont e dia pode ser ruim para comércio. Jornal Estado de Minas, 15 de mai. 2012. Disponível em: <www.em.com.br>. Acesso em: 21 de mai. 2012.

MORAIS, David. “Padrões de criminalidade e espaço público: o centro do Rio de Janeiro”. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/sssc/papers/SessaoA_A28_pp10-31.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2012.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Elaboração, Análise e Avaliação de Políticas Públicas. Esaf, 2008. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/cursos_presenciais/5AOFc/apostila/oficina-3-elaboracao-analise-e-avaliacao.pdf>. Acesso em: 23 maio 2012.

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. “Manual de Oslo [-] Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação”. Disponível em: <<http://www.esalq.usp.br/esalqtec/artigos/MANUAL%20DE%20OSLO%20-%20Diretrizes%20para%20Coleta%20e%20Interpretacao%20de%20Dados%20sobre%20Inovacao.pdf>>. Acesso em: 24 de maio de 2012.

OSUNA, Jose Luis y MARQUEZ, Carolina. Guia para la evaluación de políticas públicas. Espanha, Instituto de Desarrollo Regional. s.d.

PEREZ GOMEZ, A. O pensamento prático do professor - a formação do profissional como profissional reflexivos. In: DARIDO, Suraya Cristina. “Teoria, prática e reflexão na formação profissional em educação física”. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/01n2/1_2_Suraya.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2012.

PERNAMBUCO. “Pacto pela vida [-] Plano estadual de segurança pública”. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.pe.gov.br/pacto-pela-vida/integra/>>. Acesso em: 27 de maio de 2012.



PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE. Câmeras do Olho Vivo reduzem crimes no Hipercentro de BH. Disponível em: <www.bhtrans.pbh.gov.br>. Acesso em: 21 de mai. 2012.

SAPORI, Luís Flávio. “A segurança pública no Brasil”. Disponível em: <[http://opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/\(2\)Artigo_Luis_Sapori%5B1%5D.pdf](http://opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/(2)Artigo_Luis_Sapori%5B1%5D.pdf)>. Acesso em: 27 de maio de 2012.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa: Perspectivas para o campo da etnomusicologia. 2006. Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/claves/pdf/claves02/claves_2_pesquisa_quantitativa.pdf>. Acesso em: 23 maio 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL. SUPERINTENDÊNCIA DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE. Prevenção Social e Criminalidade. A experiência de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL. Coordenadoria de Prevenção à Criminalidade. Disponível em: <www.seds.mg.gov.br>. Acesso em: 19 mai. 2012.

SENADO FEDERAL. Comissão de Acompanhamento de Gastos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Belo Horizonte - BRT ÁREA CENTRAL - Obras - Edital SCO 145/11. Disponível em: <www.copatransparente.gov.br>. Acesso em: 19 mai. 2012.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. “Tolerância Zero”. Disponível em: <<http://www.reid.org.br/arquivos/00000129-reid-5-13-sergio.pdf>>. Acesso em: 27 de maio de 2012.

UNIDAVI. “Policiamento orientado a soluções de problemas [-] Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública”. Disponível em: <http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos2/File/material_didatico/04_Curso_POP_UNIDAVI_Prevencao_Situacional_do_Crime.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2012.